

DOCTRINA

ARTIGOS

A criminalização do inadimplemento do tributo indireto

Ricardo Lodi Ribeiro	9
1 Introdução.....	9
2 Os chamados tributos indiretos.....	10
3 A capacidade contributiva na tributação indireta.....	15
4 A relevância jurídica da distinção na repetição de indébito nos tributos indiretos.....	17
5 Tributação indireta e apropriação indébita.....	22
6 O mero inadimplemento e a prisão por dívida.....	26
7 Conclusão.....	27

Retornando ao tema da diferenciação de alíquota da CSLL em relação às instituições financeiras

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	29
1 Introdução.....	29
2 A constitucionalidade formal das atacadas leis decorrentes de conversões de medidas provisórias, que observaram os requisitos para as respectivas edições de urgência e relevância.....	32
3 A constitucionalidade formal e material: compatibilidade com o art. 195, §9º, c/c o art. 246, ambos da CF.....	35
4 A observância ao art. 195, §6º, da Constituição de 1988.....	43
5 Conclusão.....	45

A incidência do ICMS sobre o comércio eletrônico de *software*

Mariana Cavalcanti de Jesus, Sérgio André Rocha	47
1 Introdução.....	47
2 A materialidade constitucional do ICMS.....	50
3 Os <i>software</i> e a questão da incidência do ICMS sobre contratos de cessão de uso.....	53
4 Principais precedentes sobre a matéria no Supremo Tribunal Federal.....	57
5 Cessões temporárias vs. cessões definitivas. Natureza da contraprestação pelo licenciamento de <i>software</i>	69
6 Buscando segurança em um ambiente de incerteza.....	72
7 Conclusão.....	73

O IVA europeu e o processo de reforma tributária brasileira

Vasco Branco Guimarães	75
1 Introdução.....	75
2 Os mecanismos de harmonização do IVA Europeu.....	76
3 O papel dos princípios no sistema IVA.....	78
3.1 Os requisitos para um IVA harmonizado.....	93
3.2 A forma como o IVA europeu resolve as transações entre espaços soberanos.....	95
4 O ICMS brasileiro e os paralelismos com o IVA Europeu.....	96
5 Principais conclusões.....	97

O ordenamento jurídico brasileiro e a aplicação moderada da consideração econômica do Direito Tributário como limite ao planejamento tributário

Tatiane Praxedes Lech	99
1 Introdução.....	99
2 Da consideração econômica do Direito Tributário.....	100
2.1 Origem histórica da consideração econômica do Direito Tributário.....	101
2.2 Consideração econômica e o ordenamento brasileiro.....	103
2.3 Há no ordenamento jurídico brasileiro norma geral antielisiva?	106
3 Consideração econômica e o planejamento tributário no ordenamento brasileiro....	107
3.1 Consideração econômica X autonomia da vontade e da livre iniciativa	109
3.2 Consideração econômica como critério interpretativo – Critério teleológico e os princípios de direito tributário.....	110
3.3 Limites à consideração econômica do direito tributário	112
4 Conclusão	114
Referências	115

O Brasil cobra menos imposto sobre herança que outros países? O tributo sobre a herança como meio de diminuir a desigualdade social

Victor Ribeiro Ferreira	119
Introdução.....	119
1 O Brasil cobra menos imposto sobre herança que outros países?.....	120
1.1 Como funciona o imposto sobre a herança no Brasil?	121
1.2 As tentativas do poder legislativo brasileiro em aumentar a tributação sobre a herança.....	122
1.3 A diferença entre alíquota e valor tributado	124
1.4 Como os outros países cobram o tributo sobre a herança	126
1.4.1 Estados Unidos	126
1.4.2 Reino Unido (Inglaterra)	128
1.4.3 França.....	129
1.4.4 Japão.....	131
1.4.5 Itália.....	132
1.4.6 Alemanha.....	133
1.5 Comparando os sistemas tributários: um exemplo concreto	134
2 No Brasil as propostas de aumento do tributo sobre a herança seria um meio de controle da desigualdade social?.....	138
2.1 O impacto das propostas legislativas na população de baixa renda.....	138
2.2 A desigualdade social e a não vinculação do imposto	140
2.3 Qual a tendência mundial?	141
Conclusão	143
Referências	144

Neutralidade fiscal das avaliações de ativos e passivos a valor justo: simples instrumento de política fiscal?

Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva	151
1 Colocação do tema	151
2 A relação entre Direito Tributário e Contabilidade: evolução histórica no Brasil.....	152
3 Avaliação de ativos e passivos a valor justo	156
3.a Histórico, conceituação e mensuração.....	156
3.b As experiências brasileira e internacional.....	163
4 Os pressupostos fundamentais da tributação da renda.....	169
4.a A segurança jurídica como pilar do Sistema Tributário Nacional	169
4.b A disponibilidade econômica ou jurídica da renda	171

4.c	O princípio da realização da renda.....	172
5	O valor justo e os pressupostos fundamentais da tributação da renda.....	175
5.a	A incompatibilidade das normas de tributação da renda com os retratos estimados fornecidos pela Contabilidade.....	175
5.b	Situações em que a lei tributária não poderia ter autorizado, como autorizou, a tributação de avaliações a valor justo, antes da efetiva realização da renda.....	178
6	Conclusões.....	180
	Referências.....	181

Impactos dos benefícios fiscais nas transferências intergovernamentais.

Crítica aos precedentes recentes do STF

Fernanda Sales do Nascimento	185
Introdução.....	185
1 Federalismo fiscal.....	187
2 Autonomia financeira dos municípios.....	187
3 Repartição constitucional de receitas tributárias.....	188
4 Impactos dos benefícios fiscais nas transferências constitucionais.....	190
4.1 Transferências dos estados para os municípios e o RE 572.762.....	194
4.2 Transferências da União para os municípios e o RE 705.423.....	197
5 Considerações complementares.....	200
Conclusão.....	204
Referências.....	205

Incidente de desconsideração da personalidade jurídica antes do redirecionamento de execuções fiscais

Rômulo Pinto Ramalho	207
1 Introdução.....	207
2 A desconsideração da personalidade jurídica.....	208
3 Redirecionamento da execução fiscal e responsabilidade tributária.....	211
4 Ônus probatório no IDPJ, no redirecionamento da execução fiscal e na responsabilidade tributária, à luz dos negócios jurídicos processuais.....	213
4.1 Do dever probatório no IDPJ.....	215
4.2 Do encargo à produção de prova para a configuração de responsabilidade tributária e do redirecionamento do executivo fiscal.....	216
5 Fundamentos jurídicos à utilização do IDPJ em execuções fiscais.....	217
5.1 Da plausibilidade jurídica do emprego do IDPJ às execuções fiscais.....	217
5.2 Dos créditos tributários e não tributários.....	219
5.3 Da averbação pré-executória.....	220
6 Casuística: da possibilidade de aplicação do IDPJ às execuções fiscais.....	222
6.1 Posicionamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	222
6.1.1 Do caso Guga.....	222
6.1.2 Do IDPJ às coligadas e controladas no exterior.....	223
6.2 Do entendimento do Poder Judiciário.....	225
6.3 O IDPJ à luz de enunciados.....	228
7 Conclusões.....	230
Referências.....	232

Pena prisional e pena de multa

Hugo de Brito Machado	237
1 Introdução.....	237
2 Os problemas a serem superados.....	238
3 Os males do excesso de população carcerária.....	238

4	Críticas à pena de prisão.....	239
5	Nossa proposta.....	240

A improcedência da ADIN declara a lei constitucional?

	Tércio Chiavassa, Fernanda Donnabella Camano de Souza.....	243
1	Introdução.....	243
2	Histórico do controle concentrado de inconstitucionalidade no âmbito constitucional, no RISTF e na Lei nº 9.868/99 – Da razão da inserção no ordenamento jurídico do “efeito dúplice”.....	244
2.1	O denominado efeito dúplice nas lições dos doutrinadores processualistas (no âmbito civil).....	248
3	O julgamento de improcedência do pedido nos autos da ADI nº 15-2 quanto aos artigos 1º a 3º da Lei nº 7.689/88 (CSL).....	249